

Paulo Ferreira da Cunha

O essencial sobre

FILOSOFIA POLÍTICA
MEDIEVAL

IMPRESSA NACIONAL-CASA DA MOEDA

INTRODUÇÃO

Ainda mítica e ritualisticamente considerada em vasta literatura de vulgarização e ensino como um *período de trevas* (que contudo realmente não foi, pelo menos na sua multiplicidade de aspectos e vastidão temporal), a Idade Média transporta no seu próprio nome a conotação do intercalar, o que revela já um certo juízo negativo. «Bode expiatório» histórico a considerará Heers... Entre a grandeza fundadora do pensamento filosófico, com o Classicismo Antigo, sobretudo helénico, e o advento do Novo, como que «nosso semelhante e irmão», dessa Modernidade que começa por ser «Renascimento» e logo depois passará a «Reforma(s)», a Idade Média faz, pelo menos, precária figura de interregno. E todavia... que duradoiro e que variado interregno!

Per numeros ad homines: Do nascimento de Aurélio Agostinho (354) até à morte de Guilherme de Ockham (1349 ou 1350) medeiam mais de mil anos. E o passamento do primeiro grande filósofo cristão (430) pode dizer-se — em contas feitas por alto a tantos séculos — quase contemporâneo da queda do Império Romano do Ocidente (476), convenção usada para datar o início da Idade

Média. Cassiodoro (480-575), o grande preservador do legado clássico, morre em data próxima do nascimento de Maomé: quase um século certo após a derrocada ocidental. E, durante mais de dois séculos, a Filosofia parece ter-se apagado na Europa: João Erígena nascerá só no início do século IX, e nos confins, na Irlanda. Entretanto, nem sempre se presta a devida atenção a um nome também geograficamente periférico: o do hispânico Isidoro de Sevilha (entre 560 e 570-636), que, com as suas *Etimologias*, completa o balanço de Cassiodoro, prolongando até aos alvares do século VII a reflexão filosófica europeia.

Alguns terminam a filosofia medieval com Ockham, outros estendem-na até Nicolau de Cusa (1401-1464), embora, se datarmos o fim da Idade Média, não com a queda de Constantinopla (1453), mas com a de Granada, ou a Descoberta da América (1492), devêssemos nela cronologicamente incluir Pico della Mirandola (1463-1494), que escreve o seu *Discurso sobre a Dignidade do Homem* em 1486. Porém, tal como Agostinho, tendo morrido antes da queda de Roma, vai projectar a sua influência, de um modo ou de outro, por todo o período medieval (assim se justificando a sua inclusão), já qualquer destes dois últimos autores (quer o pai da *Docta Ignorantia*, de 1440, quer o sábio Pico) apresenta indesmentíveis traços de modernidade — os quais são até frequentemente detectados nos dois últimos filósofos políticos

aqui incluídos: Marsílio de Pádua (entre 1275 e 1280-1343) e Ockham (entre 1280 e 1295-1349 ou 1350).

Tempo de trevas, este, mas também tempo de luzes (retomando um título de Régine Pernoud), como aliás muitos outros (desde logo o «século das Luzes»): luzes e trevas que mudam consoante o observador e as próprias «luzes» da sua ilustração e perspectiva. Impossível se torna o intento de falar de traços gerais de uma filosofia política medieval, dada a variedade dos pontos de vista e o digladiar-se das doutrinas, de luzes e de trevas, de *sic et non*, de dialéctica bipolar, mas também dos matizes do *distinguo*.

Há contudo generalizações que poderão ajudar, ou talvez não, pela sua evidência ou redundância. E a principal de entre elas é a de que a filosofia política medieval é — obviamente — fruto do seu tempo, respondendo às angústias da sua circunstância, e com os métodos que lhe eram próprios. Assim, não custa muito afirmar-se (resta saber se com tal se explica muito) que é uma filosofia política não já para a *Pólis* grega, nem para a República ou o Império Romano, nem ainda destinada ao Estado moderno. Nesse tempo, e pela pena de sucessivos observadores, que não raro são actores políticos (ou a «segunda linha», a retaguarda pensante, da política), se vai reflectindo como conceber e organizar politicamente o que lhe resta, institucional e culturalmente: a cristandade, os reinos, a igreja e o sonho (a «saudade») do império (ou o «mito de Roma», como diria García Pelayo): a par-

tir de 800 renascido, com Carlos Magno, mas renascido como um avatar do que fora. Pode assim dizer-se que este vasto momento da história da filosofia política é o da filosofia cristã. Mas nem por isso se pense em qualquer tipo de monolitismo: dos autores aqui seleccionados, dois seriam excomungados (Marsílio e Ockham), enquanto dos dois outros canonizados, um fora pagão e herético (Agostinho) e outro (Tomás) esteve em vias de se ver condenado por heresia, dadas as suas predilecções aristotélicas. No plano metodológico, poderíamos dizer que a filosofia deste período é essencialmente escolástica. E a expressão, apesar do seu mau curso no léxico corrente ou pseudoculto de hoje, também comporta um vasto conjunto de conotações e denotações. Até pelo facto da evolução (e degenerescência) de uma metódica que, de fulgurantemente dialéctica na busca de «verdades», decairia em subtileza e ardil verbalista, formalista, logicista.

Filosofia política medieval, filosofia sobretudo para a *Respublica Christiana*, entre o Império e o Estado moderno (e, pelo menos nos seus limites, quiçá já atraída por um e ainda pelo outro), de forma escolástica, de espírito, cultura e ambiente cristãos (apesar do carácter laico da sociedade, depois das invasões até finais do século VIII, como sublinhou Henri Pirenne). Mais se não pode dizer como síntese. Feita esta, afigurou-se-nos que a melhor forma de tratar o tema, no limite de espaço disponível, e nas intenções da colecção, seria dar a traços

largos os perfis de alguns dos vultos filosófico-políticos mais salientes desta vasta época. Naturalmente com muitas lacunas, quer nos presentes, quer pelos ausentes (e elas nos forçaram a não prescindir de bibliografias talvez mais longas do que seria esperável). E, naqueles, não poucas outras imperfeições.

Mil anos de Filosofia, afinal (cerca de oitocentos, se contarmos o interregno), ficam representados por pouco mais de meia dúzia de nomes (e meia dúzia certa de «capítulos»). Numa ou noutra das contas (se a História e a Filosofia tivessem contas certas), teríamos cerca de século e meio por autor. Muito desigual é a extensão do tratamento de cada um, mas mesmo que cada qual tivesse direito às suas cerca de uma quinzena de páginas, pode avaliar-se a dificuldade de acomodação... até tendo apenas em atenção a bibliografia produzida.

A forma de tratamento de cada autor decorreu da sua idiossincrasia, prevalecendo — sem prejuízo da preocupação central com o seu significado para a filosofia política — ora os traços biográficos, ora a bibliografia, e não apenas aspectos estritamente de poder político ou de organização da Cidade, mas também, sempre que possível e oportuno, o seu enquadramento (ainda que brevíssimo) no pensamento filosófico geral do autor. Particular relevo foi dado, em geral, àquela parte do pensamento político que é atinente à Justiça, ao Direito e à lei, porquanto (sobretudo nesta época de síncri-se normativa, apenas quebrada pelo pensamento de Tomás de Aquino)

não é possível desentranhar verdadeiramente a Política do Direito. Coisa semelhante se pode dizer para a questão religiosa e teológica, imbricadíssima na comum e unitária cosmovisão da época.

Trata-se assim de uma (de entre muitas possíveis) brevíssima e impressionista história do significado, do papel e das ideias de filósofos do Poder, na Idade Média europeia ocidental, nas suas atinências propriamente políticas, e nalgumas das suas conexões jurídicas e teológico-religiosas.

(AURÉLIO) AGOSTINHO

(Tagasta, na Numídia, hoje Sukh Aras,
Argélia, 13-XI-354-Hipona, hoje Anaba, 28-VIII-430)

Como dissemos na «Introdução», Agostinho, visto à luz da periodologia, não é medieval. Mas isso pouco importaria, afinal: o simplesmente cronológico é em grande medida convencional, não raro, deformador, e sempre à forma devemos preferir o fundo das coisas. A questão é outra: é que, sendo um pensador que se move ainda pelos paradigmas da Antiguidade (até pelo seu léxico, espelho do pensamento), dir-se-ia contudo que Aurélio Agostinho, mais tarde Santo Agostinho, é uma erupção aparatosa do fim de um tempo, marcando precisamente o fechar de um ciclo. E não sem rasgos intemporais, que lhe haveriam de assegurar uma recepção vasta e uma fama perene. Pela importância do seu pensamento político na Idade Média, escolhemo-lo para abrir esta brevíssima síntese. Não seria só, nem talvez principalmente, em alguns casos, o pensamento de Agostinho a ter grande curso medieval: também as confusões sobre o mesmo, como veremos, designadamente sob a forma do impropriamente chamado «agostinismo político», tão infiel à

fonte invocada. E quem diria hoje, de resto, ante a sua enorme fortuna, que esta expressão foi apenas cunhada em 1933 ou 1934, por Arquillière?

A sua vida aventureira e a sua alma atormentada contribuiriam certamente para que forjasse uma filosofia de resposta às suas próprias inquietações pessoais, não recusando precisamente o contributo do «eu», antes integrado-o, no curso do seu pensamento: não só anunciando a relação cartesiana do *cogito*: penso, logo existo: «Ainda que eu esteja errado ainda assim existo. [...] Se me engano, existo» (*A Cidade de Deus*, XI, 26), como utilizando como forma de expressão nomeadamente o género das *Confissões*: talvez o assumidamente mais pessoal e intimista de todos. Mesmo a sua reflexão sobre o tempo é de algum modo psicológica: vendo nele não uma categoria exterior a quem o pensa e vive, mas no fundo uma parte reflectida dos seus protagonistas: «meço o tempo na minha própria mente» (*Confissões*, XI, 27). E parece inegável que as suas sucessivas conversões, primeiro ao maniqueísmo e depois à ortodoxia cristã, em que enfatizou a componente da Graça, representaram estádios da sua convivência agitada e trágica com o mal, o pecado e a culpa. Primeiro, vendo no dualismo maniqueu a expressão da eterna luta que em si mesmo se travava, nomeadamente entre os seus voos filosóficos e os seus desejos sensuais, e pacificando-se depois num desculpador cristianismo que ambigualmente parece a alguns rondar já a predestinação, que o Calvinismo iria

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| Introdução | 3 |
| (Aurélio) Agostinho (Tagasta, 354-Hipona, 430) | 9 |
| Boécio (Roma, 480-Pavia, 524) e Cassiodoro (Scyllacium, 480-Vivarium, 575) | 23 |
| Isidoro de Sevilha (Sevilha, entre 560 e 570-636) | 27 |
| Tomás de Aquino (Aquino, 1225-Tarracina, 1274) | 35 |
| Marsílio de Pádua (Pádua, entre 1275 e 1280-Munique, 1343) | 67 |
| Guilherme de Ockham (Ockham, entre 1280 e 1295-Munique, 1349 ou 1350) | 73 |
| Conclusão | 89 |